



PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI DOS MONTES





PORTARIA N.º 003

Buriti dos Montes – PI, 02 de janeiro de 2018

Ementa: Designa Pregoeiro das Licitações desta Prefeitura, pelo período de 12 meses, conforme especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BURITI DOS MONTES, Estado do Piauí,

CONSIDERÁNDO, o disposto no artigo 3º, inciso 1V e § 1º, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2.002

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. FRANCISCO NEUDO SOARES MONTE. CPF nº 441.357.773-68 como pregoeiro do Município de Buriti dos Montes pelo período de

Art. 2º - São Atribuições do pregoeiro e da equipe de apoio, dentre outras, o recebimento da proposta e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do certame ao licitante vencedor.

Art. 3º - A equipe de apoio poderá ser designada pelo Pregoeiro

Art. 4º - O Pregoeiro fica autorizado a convocar, além dos membros da Equipe de Apoio, a depender da especificidade técnica do objeto ou da documentação apresentada, outros servidores da Prefeitura, técnicos da área, para auxiliar na análise das propostas e documentos.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria entrará em

Gabinete do Prefeito do Município de Buriti dos Montes - PI, aos dois dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezoito (02/01/2018).

Publique-se, registre-se e cumpra-se;

JOSÉ VALMESOARES

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios Nº __de ____ de janeiro de 2018.

SILVIO CELSO ALVES DE SOUSA



ADM: 2017-20

DECRETO Nº 001/2018

BAIXA GRANDE DO RIBEIRO - PL 02 DE JANEIRO DE 2018

"Dispõe sobre a revogação de atos administrativos relacionados a servidores públicos e a bens móveis e imóveis pertencentes ao município de Baixa Grande do Ribeiro - PI e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICPAL DE BAIXA GRANDE DO RIBEIRO, Estado do Piauí, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO, os princípios norteadores da Administração Pública, previstos no art. 37, da CF/88 e conforme as Súmulas 346 e 473 do Supremo Tribunal Federal, bem como o art. 53 da Lei nº 9.784/99:

CONSIDERANDO, A revogação é o ato pelo qual a Administração Pública retira definitivamente um ato do ordenamento jurídico que não mais atende ao interesse público;

CONSIDERANDO por ter por fundamentos a oportunidade e conveniência, a revogação de um ato administrativo somente poderá ser feita pela própria Administração Pública;

CONSIDERANDO que a Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos:

CONSIDERANDO, a necessidade de revisão de todos os atos administrativos relacionados à nomeação para cargos comissionados, concessão de gratificações e segundo turno e de outros beneficios relacionados aos servidores públicos do município de Baixa Grande do Ribeiro - PI:



CONSIDERANDO, a necessidade de revisão de todos os atos administrativos relacionados aos bens públicos pertencentes ao município de Baixa Grande do Ribeiro - PI;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam revogados todos os atos administrativos relacionados a: concessão de licenças prêmio, nomeação para cargos comissionados, contratos temporários de trabalho, concessão de segundo turno e gratificações, remoções, transferências, cessões e disposições de servidores públicos do Município de Baixa Grande do Ribeiro - PI.

Art. 2º - Todos os servidores públicos efetivos do município de Baixa Grande do Ribeiro - PI deverão se apresentar perante a administração pública em seu órgão, lotação, de origem.

Art.3º - Ficam mantidos todos os benefícios implementados através de determinação judicial, bem que os que foram concedidos por ato administrativo vinculado.

Art. 4º- Ficam revogados todos os atos administrativos relacionados à cessão e ao uso gratuito de bens móveis ou imóveis pertencentes ao Município de Baixa Grande do Ribeiro - PI.

Art. 5º - Deverão comparecer à secretaria de administração de Baixa Grande do Ribeiro - PI, no prazo de 30 dias, todos os beneficiários de direitos de cessão ou uso oneroso de bens públicos pertencentes ao Município, apresentando toda a documentação pertinente, sob pena de sua revogação.

Art. 6º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação orçamentária própria, suplementadas se necessário.

Art. 7º - Ficam mantidos os atos administrativos relacionados às Portarias Nº 001/2017, Nº 002/2017, N° 006/2017, N° 008/2017, N° 012/2017, relativas aos ordenadores de despesas e a controladoria municipal.

Ozires Castro Silva

Art. 8º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 28 de dezembro 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Municipal de BAIXA GRANDE DO RIBEIRO, Estado do Piauí, 02 de janeiro 2018.

Atenciosamente.

Ozires de Castro Silva Prefeito Municipal

www. diarioficialdosmunicipios.org A divulgação virtual dos atos municipais